



ACÓRDÃO Nº776/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11389/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Beruri.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Natan da Silva Saldanha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Isabella Picanco Ferreira - OAB/AM 16.362.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8478/2022-MPC/EMFA, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Beruri. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Natan da Silva Saldanha**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Beruri, no exercício de 2021, com fundamento nos arts. 19, I, 22, II, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Natan da Silva Saldanha** no valor de **3.000,00** (três mil reais), com fulcro no art. 54, VII, da Lei Estadual nº 2.423/1996, pela permanência das irregularidades de menor potencial ofensivas já tratadas nesta proposta de voto;
Fixa-se **o prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da



ACÓRDÃO Nº776/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

multa, na esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Beruri que:

10.3.1. Observe com maior cautela aos prazos de envio e publicação do Relatório de Gestão Fiscal;

10.3.2. Adote as providências necessárias à aperfeiçoar o controle interno do órgão;

10.3.3. Observe a necessidade de designação especial de servidor para fiscalizar o contrato, em estrita observância ao art. 67 da Lei 8666/1993 e às orientações do TCU (que veda a designação de membro da Comissão de Licitação para a função).

10.4. Dar ciência ao Sr. Natan da Silva Saldanha sobre o deslinde do feito, obedecendo à constituição de patrono.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Maio de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.



ACÓRDÃO Nº776/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição